



AUTISMO E SEXUALIDADE: DESAFIOS E POTENCIALIDADES SOB A ÓTICA DE ADOLESCENTES NO ESPECTRO

Isabella Xavier Beitem¹, Renan Garcia Guilherme²



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2026v12n1p718-742>

Artigo recebido em 8 de Março e publicado em 14 de Junho de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

Na adolescência a sexualidade emerge, sendo estigmas potencializados, principalmente para adolescentes autistas. Eles são afligidos pela negação de autonomia e de seu próprio corpo, censura associada às suposições de infantilidade, incapacidade mental e assexualidade. O estudo propõe discussão científica para investigar de que maneira estes adolescentes vivenciam a sexualidade e proporcionar subsídios para intervenções que gerem autonomia e inserção social. É um estudo qualitativo, descritivo-exploratório, realizado no norte do Paraná, com adolescentes autistas. Os dados foram coletados através de entrevistas audiogravadas, semiestruturadas e analisados sob referencial da Hermenêutica-Dialética com bases em Gadamer e Habermas, proposta por Minayo (2008). Percebeu-se distanciamento e projeção dos participantes em relação ao tema e foi possível compreender a relação interseccional entre as discriminações sociais, intensificando os obstáculos para as pessoas com TEA. Foram levantadas referências que influenciam na construção da autopercepção da sexualidade para os participantes e seus efeitos, destacando as mídias digitais, pornografia, família e escola. Ainda, surgiu o posicionamento do ambiente escolar, que traz aspectos ideológicos parciais a uma lógica de hegemonia e militarização.

Palavras-chave: Sexualidade, Transtorno do Espectro Autista, Educação sobre Sexualidade, Adolescência



Autism and Sexuality: challenges and potential from the perspective of autistic teenagers

ABSTRACT

In adolescence, sexuality emerges, and stigmas are heightened, especially for adolescents with ASD. They are afflicted by the denial of autonomy and of their own bodies, facing censorship associated with assumptions of infantilization, mental incapacity, and asexuality. This study proposes a scientific discussion to investigate how adolescents with ASD experience sexuality and to provide a safe foundation for interventions that foster autonomy and social inclusion. It is a qualitative, descriptive-exploratory study, conducted in an Association of Parents of Autistic Individuals in a municipality in northern Paraná, with autistic adolescents (ages 12–18). Data were collected through semi-structured, audio-recorded interviews and analyzed using a Hermeneutic-Dialectic framework based on the theories of Gadamer and Habermas, as proposed by Minayo (2008). Four meaning units were established. A sense of detachment and projection by the participants regarding the topic was observed, along with the outsourcing of experiences as a result of stigmas and the structure of the current economic system. It was possible to understand the intersectional relationship between various forms of social discrimination, which intensify the barriers faced by individuals with ASD. References were identified for constructing the concept of sexuality for the participants and its effects, with emphasis on digital media, pornography, family, and school. Additionally, the role of the school environment emerged, revealing ideological aspects aligned with a logic of hegemony and militarization.

Keywords: Sexuality. Autism spectrum disorder. Sex Education. Adolescent

Instituição afiliada – Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Autarquia Municipal de Saúde de Apucarana (AMS)

Autor correspondente: Isabella Xavier Beitum Isabellaxavier2015@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

A sexualidade tem sua concepção modificada historicamente com base em padrões, dogmas, culturas moldadas pelo poder de influência política da época.

O sentido da sexualidade também é afetado pelo tempo, mais especificamente pelas teorias e pensamentos de estudiosos do seu século. Até os dias próximos ao século XIX, a sexualidade era regida por uma sexologia restritiva e intolerante, fundamentada em uma noção mais restritivamente médica (CATÃO, 2017).

Esta foi retórica predominante que colaborou para a perspectiva biologistica da sexualidade, caracterizando o ato sexual como finalidade restringida a reprodução. Apadrinhada por conservadores e intransigentes, a teoria proporcionou espécie de coibição da sexualidade, argumentando que as atividades sexuais deveriam ser aprovadas por um ente supremo e regidas pelos bons modos, sendo categorizadas entre saudáveis e divergentes/patológicas - práticas sexuais discordantes da heterossexualidade e da centralização da região genital (JUSTI et al, 2020).

Em contraponto às disciplinas médicas, a sociologia aborda o assunto como uma conjuntura condicionada ao contexto social e a cultura, considerando que estes são moldados com base nas regras sociais da época. Portanto, a sexualidade é um fenômeno social, relativo, que possui intercomunicação com outras esferas sociais, e que passa a ser bem exercida quando a aprovação coletiva e o patrulhamento externo são superados pela valorização da independência e satisfação pessoal. Sob este olhar, é possível admitir que o desenvolvimento e desempenho da sexualidade possuem influência de modo direto na edificação do indivíduo em todos os seus âmbitos (NEVES, 2019).

E é na adolescência que a sexualidade emerge mais essencialmente. De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), esta fase de desenvolvimento considera o período entre 10 e 19 anos; já o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, concebe o intervalo entre 12 e 18 anos como adolescência (BRASIL, 2007). Levando isto em consideração, os estigmas da sexualidade são potencializados nesta fase, visto que a sexualidade é vista apenas como um marco da perda da "inocência infantil", sem considerar que o tema não se limita, e envolve práticas, expressões, olhares, interações



interpessoais e comunicação, ou seja, entendimentos da personalidade e maneiras de expressar afeto e carinho; esta concepção, discriminativa e confinante, distância a sociedade do direito da autonomia e, conseqüentemente, de uma perspectiva sexual saudável e satisfatória (JUSTI et al, 2020).

A neurodiversidade é tema de um movimento que argumenta contra a visão patológica dos indivíduos neurodivergentes, ou seja, que não convém aos preceitos da sociedade de “normalidade”, em termos neurológicos e comportamentais. Dentre os neurodivergentes estão as pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista), que são afligidas constantemente por pontos de vistas categóricos que encaram seus comportamentos como passíveis de intervenções medicalizantes (CRUZ; ALTMANN, 2021).

Dentre as alegações dos protestantes desta comunidade está a infantilização dos indivíduos que possuem TEA, evidenciando o conceito de “idade mental” reduzida, ideia que demonstra como a suposição de assexualidade desses sujeitos é o caminho mais confortável para encarar a neurodiversidade. A presumida deficiência, incapacidade, é máscara para a repressão da sexualidade, que não admite o controle do autista de suas decisões e o direito ao seu próprio corpo (BRILHANTE et al, 2021).

Esta pesquisa nasce de um trabalho de conclusão de residência multiprofissional em saúde da família e legitima-se pela necessidade de conhecer e propagar as adversidades de adolescentes com autismo no que tange a sua sexualidade e conseqüentemente, seu processo de construção como indivíduo, que apesar dos empecilhos, possuem igualmente o direito de atuarem em sociedade. O estudo possui intenção de entender mais profundamente estas questões e argumentar a favor da autonomia e inserção social, como alicerces da qualidade de vida.

Através de pesquisa bibliográfica foi possível perceber que ainda há lacunas na literatura que tragam segurança para a abordagem do tema em espaços de educação em saúde, para tanto a pesquisa se propõe a agregar neste sentido, trazendo a perspectiva destes adolescentes autistas a respeito das expressões de suas sexualidades, numa perspectiva metodológica crítica.

METODOLOGIA



Trata-se de um estudo qualitativo, de cunho descritivo-exploratório realizado através de entrevistas semiestruturadas com adolescentes autistas de um município de médio porte do norte do Paraná. Os pais destes adolescentes foram contatados por intermédio de uma associação de pais de autistas do município. A permissão para início do estudo foi concedida pela diretoria da associação através de um Termo de Liberação Institucional e também pelo diretor da instituição proponente do estudo. Declara-se que este foi um estudo sem conflitos de interesses e financiado pelos próprios autores.

A direção da associação indicou para a pesquisa pessoas autistas que estavam na adolescência (12 a 18 anos) que se interessaram pela participação e que estavam disponíveis para a realização da entrevista, aplicada individualmente. Foram entrevistadas seis pessoas, sendo a amostra fechada por saturação teórica e descritiva. Foram excluídos os adolescentes com condições mais severas, derivadas do autismo ou de comorbidades que impossibilitem a realização do estudo por incompreensões ou grande dificuldade de interpretação.

O consentimento para a realização da entrevista se deu tanto por parte dos pais através de assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como por parte dos adolescentes que concordaram em participar, através da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE. Foi necessária também a autorização para gravação de voz através de um termo próprio assinado tanto pelos pais quanto pelos adolescentes. A pesquisa apenas deu início após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, seguindo as Resoluções 196/96 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

O material empírico coletado através das entrevistas foi organizado e analisado sob o referencial da Hermenêutica-Dialética com bases em Gadamer e Habermas, proposta por Minayo (2008). O método permite considerar os contextos sociais e históricos dos conteúdos para analisá-los criticamente de forma totalizante, e teve como etapas: a ordenação do material, a descrição e explicação das realidades empíricas criando núcleos de sentido e, por fim, a compreensão e análise dos contextos, fazendo correlações com as literaturas, através de uma avaliação comparativa dialética.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A amostra se caracterizou majoritariamente masculina, com quatro adolescentes auto identificados homens e duas auto identificadas mulheres, com idades entre 11 e 16 anos. Das entrevistas transcritas, após análise referenciada na metodologia proposta, emergiram quatro unidades de sentido que serão circunstanciadas neste estudo.

Como preâmbulo para compreensão dos argumentos, cito fragmento cerne das obras de Lev Vigotski, pensador proponente da corrente Psicologia Histórico Cultural: Relaciono-me comigo mesmo, como as pessoas se relacionam comigo.

Unidade de sentido 1 - Sexualidade X Autismo: distanciamento e projeção

“Eu não me importo muito, com essa coisa de sexo, sexualidade”

“Não tenho vergonha, mas tipo...é mais... um nojo, assim”.

“Como eu sou mais isolado, daí eu não tenho tanta vontade de fazer sexo”.

“Imagino [se apaixonar]. Porque com dezoito anos eu vou ter uma moto, um carro, umas coisas por aí”.

“Eu até que não tenho vontade, mas tenho duas amigas, elas namoram”.

A primeira unidade de sentido foi construída com base na identificação dos sentimentos transmitidos pelas respostas dos adolescentes e seu comportamento diante do tema abordado, a sexualidade.

Nos discursos, foram enfatizados o distanciamento e a projeção, que aparentam dissolver-se em emoções simples, mas de matriz intrincada. O afastamento do tema era nítido, camuflado pelo argumento principal de falta de interesse na sexualidade. Em contraponto, quando indagadas suas intenções para o futuro, principalmente na condição de relacionamentos amorosos, a amostra em quantidade integral infere desejo e projetos para expressão de sexualidade. Ainda, a projeção imputada na categoria possui sentido dicotômico, uma vez que além de possuírem intenções futuras de relações afetivas, a projeção se dava igualmente ao terceirizar experiências sexuais como de si próprio.



De maneira (sub)objetiva, foram constatados que o distanciamento e a projeção apresentam-se como possíveis artifícios para ocultar uma trama de sentimentos, tais quais o medo, vergonha, incompreensão, aversão e desejo.

Em busca de associar o objeto de estudo com o campo teórico com o qual dialoga, é de caráter pertinente aludir ao conceito dos corpos dissidentes, determinação que engloba a vivência, mas, principalmente, a atuação na sociedade de corpos considerados indesejáveis e de pouco valor comercial. A comunidade LGBTQIA+, as pessoas com deficiência e qualquer outro corpo dissonante do adepto como normal, são os exemplares de um termo que busca denunciar e evidenciar os sentimentos (in)conscientes de uma coletividade neoliberal, que entende a vida desta minoria como infame, descartável e, ainda mais temerário, improdutiva (MOREIRA ET AL, 2024).

A imprecisão de sentimentos transmite os efeitos do preconceito e a exclusão social como manifestação da discriminação. Até que ponto a vontade/livre arbítrio de um indivíduo sofre viés de convenções e medos da sociedade? Ignorar a sexualidade desses corpos e não permitir sua expressão com naturalidade, provoca o constrangimento e desprezo de seu âmag, visto que estes aspectos são determinantes de personalidade e autoestima. Consequentemente, além dos bloqueios físicos impostos pela convivência em comunidade, são criados obstáculos que podem limitar o desejo, pelo medo de não merecer e pertencer (GORINI, 2019).

Michel Foucault em seus trabalhos disserta o biopoder como um subconceito partidário da significação do poder, destarte que esta relação de forças é aplicada sobre as vidas de uma sociedade, e, através de variados mecanismos de controle, pretende governá-las, na macro e micropolítica. Sendo o corpo signo da vida, é fio condutor e receptáculo, sofre e expõe o poder, que transpõe materialidade e arraiga-se na psique. De maneira minuciosa, o poder é produtor e concede saber, veracidade e manifestações. Foucault defende que a verdade está atada a estratégias de governança, que a produz e propaga, com intuito de manter sua posição dominante. Por conseguinte, através da popularização da ditada verdade científica, foram estabelecidos discursos de marginalização e catalogação de corpos/conduas normativas e patológicas (COSTA; BOZZ, 2011).

Em convergência, é sinalizado nas falas dos adolescentes a construção de seus



saberes acerca da sexualidade, que são herdados de sua criação familiar, acadêmica e da interação com o outro. Mesmo estes outros ausentes em corporeidade, o que lhes foi instruído direta e indiretamente condicionam o juízo. De maneira segmentada e parcial, os pais demonstram adotar papel restritivo na educação sexual dos adolescentes e absolutismo sobre aspectos orgânicos que acompanham a maturidade. Nota-se que pretendem adiar e ignorar a temática até a vida adulta do seu dependente, criando a convicção de que possuem a governabilidade de quando o despertar sexual irá acontecer.

Ainda, salienta-se a condição da maioria relatada pelos participantes para relações amorosas, pois é neste ponto do ciclo da vida que terão acesso ao trabalho, veículos e autonomia financeira. Este aspecto remete ao discernimento de que o privilégio do livre arbítrio está atrelado a conquista da emancipação e bens materiais: o mérito de uma vida é proporcional a sua capacidade de produção.

Em uma hierarquia social fundada no mercantilismo, o capitalismo é sistema econômico estratégico favorecido pelo ostracismo de indivíduos socioeconomicamente vulneráveis, em uma relação retroalimentar com o poder, sendo causa e efeito do último. Utilizando o modelo biomédico, o sistema capitalista exerce o biopoder estabelecendo referências de corpos adequados e dignos, visto que a relevância política é equivalente a serventia monetária ao Estado (PAOLI; MACHADO, 2022). Tal realidade ressoa nas massas de modo a docilizar corpos e mentes em vias de maximizar lucros, isto porque a grande população díspar está destinada ao insucesso por não serem detentores do escopo capitalista, e em um panorama de segmentação social e alienação, é comum que a vida seja barganhada em troca da possibilidade de posição social respeitada, sem qualquer garantia. Em adição, o método incita o individualismo e entorpece razões coletivas e o poder popular (MOREIRA et al, 2024).

Em articulação com as falas dos participantes, entende-se a complexidade de emoções incutidas nestas vivências, que partem de sentimentos de não identificação com seu entorno, descrença em seu potencial sexual e uma emancipação subordinada ao juízo de terceiros quanto a suas “contribuições” em sociedade, pois tudo lhes indica o indeferimento da identidade. Isso demarca a premência de processos de normalização desses aspectos na vida do sujeito, para o empoderamento em suas decisões.



Unidade de sentido 2 - Construção de referências

“Tanto no Instagram, nas redes sociais, quanto na vida real. Vejo...tanto coisas
mais apropriadas, quanto não apropriadas”.

“Essas coisas inapropriadas que aparecem, só aparecem no celular do meu
amigo, no Instagram.”

“O namorado tem que puxar a cadeira para a dama sentar; eu vi na internet.”

A corrente unidade permeia a edificação dos saberes dos adolescentes acerca da sexualidade. Em articulação com o arranjo histórico-cultural previamente apresentado, a juventude é acompanhada por pleitos sociais e psíquicos, expondo a razão de ser um momento repleto de indagações e curiosidade (ANGELO et al, 2021). Indo ao encontro da experiência neuro diversa, essa população usualmente convive com a privação de socialização e desenvolvimento de relações de qualquer cunho. Inserido nas origens está a estigmatização e negação da sexualidade, seguindo o sentido da infantilização e inadmissão do desejo sexual. Visceralmente, essa repressão é relativa às verdades construídas pela mão do biopoder, que entorpecem qualquer sentimento/vontade desviante do classificado confortável socialmente (NASCIMENTO et al, 2023).

Seja pela superproteção, preconceito ou medo, nada silencia o anseio pela aceitação e o caráter questionador da adolescência, e a escassez de informações de instituições confiáveis conduz o sujeito a recorrer a fontes acessíveis, de simples linguagem e entendimento, mas não necessariamente fidedignas ou que forneçam aporte emocional e intelectual para enfrentar as consequências da vida sexual (ANGELO et, 2021).

Na contemporaneidade, não somente podemos considerar as tradicionais teses da construção social, sem integrar ao pensamento a realidade das mídias digitais e sociais, nem mesmo argumentar a dissociação da vida real e virtual, pois uma infere sobre a outra efeitos concretos e subjetivos (SILVA et al,2019).

Para a juventude hodiernamente, os dispositivos móveis se tornaram



ferramenta que permite acesso ilimitado a internet e consequentemente a socialização facilitada pelo virtual, promovendo encontros e relacionamentos. Em estudo, foi constatado que dentre os entrevistados a mídia possui forte influência sobre os saberes acerca da sexualidade, correspondendo a 77,3% para sexo masculino e 61,9% no feminino. Ainda, demonstrou que a influência dos pais sobre a construção das informações sobre sexualidade tem maior presença entre sexo feminino, dado possivelmente explicado pelo maior controle e rigidez por parte dos pais sobre os conhecimentos e expressão da sexualidade feminina (ÂNGELO et al, 2021).

Essa mudança na dinâmica de socialização provoca reconfigurações culturais, que interferem de forma macropolítica nas identidades, evidencia diferenças e necessidade de mudança nos processos pedagógicos. Elas repercutem sobre experiências de vida, pois rompe com o modelo social do face a face, e a interação corpórea não é mais modelo bruto para fundamentar princípios de proceder, ou da ética (NASCIMENTO et al, 2023). Tendo em mente que a sexualidade ultrapassa rotulações de genitalidade, e este é contexto que se encontra em um sistema econômico onde tudo é passível de comercialização, o meio virtual é mais um espaço onde são ofertadas maneiras de expressar e praticar prazeres sexuais, dos mais diversos conteúdos (SANTOS et al, 2021).

É com essa estratégia que instiga o consumo crescente, pelo grande estímulo, realização de fantasias e pela incitação de novos desejos. Com o novo modelo de socialização, a internet vem como amplificador e facilitador da pornografia, fazendo parte da construção do sujeito, juntamente com as regras familiares, sociais e constitucionais (SILVA et al, 2019).

A pornografia vai além de um meio para extravasamento da sexualidade e projeção grosseira de atos sexuais; como outros, é provocadora de fenômenos sociais. Sob uma ótica capitalista, o desejo sexual é colocado como demanda a ser atendida pelo mercado, este que busca utilizar das repressões para suprir fantasias sexuais através da projeção (TRENTO et al, 2021).

É preciso destacar que a pornografia não se classifica universalmente como algo bom ou ruim, mas é necessário compreender seus efeitos, dando ênfase a eles quando



este é o referencial predominante, principalmente como ponto de largada da vida sexual, visto que adolescentes, em sua vulnerabilidade, dificilmente terão habilidades para julgar a representação exaltada do ato e a realidade onde o sexo é produto da intimidade e interação com o outro (TRENTON et al, 2021).

Em ordem do coletivo, essas encenações sexuais constantes e precoces podem culminar no princípio adiantado da vida sexual, sem maturidade para discernimento dos riscos de determinadas práticas, além de convicções nebulosas sobre a intimidade, reciprocidade e limites nas relações sexuais, em razão da misoginia (ASSIS, 2024).

Para os adolescentes com TEA cabe singularizar a experiência, indicando sua maior suscetibilidade a situações de abuso e assédio, em virtude de sua dificuldade em reconhecer e denunciar tais situações pela comunicação distinta (se verbal), e, como agravante mais importante, a negligência de direitos (NASCIMENTO et al, 2023).

Portanto, é necessário promover o autoconhecimento, com seus conteúdos inconscientes e conscientes, para identificar limites e evitar a objetificação de corpos, em vista de praticar a cidadania sob o entendimento coletivo e democrático da sexualidade (SILVA et al, 2019).

A essencialidade de expandir e direcionar referências aos adolescentes quanto ao conhecimento da sexualidade, subsidia-se igualmente nos trechos destacados das entrevistas, que indicam os riscos aos quais estão expostos, tal como informações inverídicas ou impertinentes ao nível de compreensão correspondente a idade desses jovens, bem como o apelo fantasioso, incondizente com a atualidade e provocador de frustração. Distante de condenar as mídias, levanta-se a consciência de orientar e fornecer acesso seguro, facilitado e salvo de julgamentos a conteúdos a respeito do tema, para que o adolescente, com senso crítico e reflexivo, possa racionalizar as informações recebidas com a realidade.

Unidade de sentido 3 - Autismo, gênero e interseccionalidade

“Ele dá um anel para ela. É porque o namorado tem maneiras de conquistar a namorada”.



“O namorado tem que ser bom. Tem que ser bom, gentil, um cavalheiro com a dama”.

“Meu pai não é muito de abraçar. Ele disse que homem não agarra homem”.

A terceira categoria discorre a respeito do paralelo incidido nos discursos entre participantes femininos e masculinos, considerando suas experiências e perspectivas na sexualidade compartilhada. Para além do núcleo autista, é possível observar nas falas a distinção conservadora do que é apresentado como pertinente a cada sexo biológico, do agir, desejar, aceitar e normalizar. Enquanto para os meninos é impelida a inteligibilidade de escolha de parceiros pela aparência física, gestos que impõe pressuposta feminilidade, saberes sexuais prévios, além da precocidade, para as mulheres é concebida a ideia de parceiro adequado sob critérios românticos e poetizados, que por muitas vezes não condizem com a criação do sexo oposto, provocando frustração e sentimentos de não merecimento; isto posto sob noção heteronormativa. Não obstante, o masculino sofre repressão emocional e afetiva do seu próprio, por efeito de doutrinas patriarcais, ditadoras do inerente ao binarismo, e que busca se afastar das fraquezas femininas.

Corroborado pela autoridade da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a dualidade de gênero tem suas expectativas socialmente edificadas, tendo sua expressão entrelaçada a contexto de doutrinação ao cisgênero e heteronormatividade (LYRIO; MOURÃO; CARDOSO, 2024). Destarte, o gênero indumenta a sexualidade, transcende o biológico e a imparcialidade societária, pois está incrustado pela civilidade, identidade e posicionamento político.

Em análise trazida pelo livro *Identidade e diferença* (Woodward; Hall, 2005), ressalta-se a constatação de que a identidade é rebento das diferenças simbólicas e da exclusão, que ordena nossa estrutura social, uma hierarquia onde o valor e as oportunidades de um indivíduo estão vinculados ao seu gênero, orientação sexual, capacidade física, religião, etnia e tom de pele. Nos degraus mais baixos, as mulheres encontram-se subjugadas pela opressão de seus corpos, valorizadas apenas pela sua habilidade reprodutiva e de gerar desejo, e pelos estereótipos de servidão e indulgência (SERRA; JOCA; OLIVEIRA; MUNGUBA, 2020).



Dando continuidade a lógica do ostracismo da população autista, assumir controle sobre a expressão do seu desejo gera medo e espanto, visto que são invisibilizados no tocante ao seu sexo e identidade, além de sobreporem com infantilidade e subestimação a sexualidade no espectro (SERRA;JOCA; OLIVEIRA; MUNGUBA, 2020).

Focauly relaciona que a categorização dos desejos sexuais de corpos desconformes como “perversão sexual” é tática de isolamento que salienta e ramifica relações de poder (MARANHÃO, 2021). Destas ramificações do preconceito e exercício do poder, a mulher autista se encontra em situação de maior fragilidade, exatamente por ser vista desta forma. Dentro do espectro, vê-se historicamente o processo de diferenciação dos gêneros, desde o diagnóstico, estereótipos e terapêuticas. As mulheres autistas foram expostas ao apagamento de sua neurodiversidade desde o princípio, quando as pesquisas sobre o espectro eram de amostra exclusiva e/ou preferencialmente masculina. Isto porque os estudos se dedicavam a meninos, brancos e de boa estirpe, que estavam na dimensão considerada superdotada do autismo, caracterizada por problemas de socialização, mas não de cognição (BRITO et al, 2024).

No autismo feminino, as mulheres são intensamente afetadas pelas violações de gênero, agravadas pela infantilização e dependência familiar, menosprezadas pela divulgação do suposto ideal feminino. Consequentemente, são fatores potenciais que minoram a autopercepção, podendo causar questões com a identificação do gênero e menor autoestima (SERRA;JOCA; OLIVEIRA; MUNGUBA, 2020).

Em um ensaio do ano 2024, Mendonça, autora autista, analisa o Livro *A Orquestra dos Inocentes Condenados* (2021), que remete vivências femininas no espectro, da poeta Milena Martins. No estudo, a autora explica o fenômeno conhecido como Masking, um recurso de camuflagem utilizado principalmente por mulheres autistas para dissimular as estereotípias e características autísticas. O mecanismo, que surge como produto da coerção social, e no sofrimento mental ao tentar harmonizar com seu gênero, sublinha-se então a frase de Martins: sentir-se sufocada é bastante feminino (MENDONÇA, 2024).

Intercedido pela advogada e ativista preta estadunidense Kimberlé Crenshaw,



o princípio da Interseccionalidade surge em consonância com o pensamento Contracolonial, concebido pelo intelectual quilombola Nêgo Bispo. Preliminarmente, é preciso compreender que a colonialidade é um acontecimento histórico cultural que se sustenta através da perpetuação das relações de poder e seu padrão colonial. A interseccionalidade se desvenda como artifício baseado em conteúdos teóricos e empíricos que tratam da equiparidade de direitos frente às identidades plurais, e como os entrelaces de marcadores sociais se congregam. Permite dissecar o arranjo social da opressão, sem fragmentar as vivências à sombra de fenômenos de marginalização, como os racismos, LGBTfobia, patriarcado e o capacitismo (CHAVEIRO, 2024).

Partindo do argumento de que o indivíduo se constrói e atrai pela convivência humana, ele qualifica-se pelo seu gênero, geração, etnia, cultura, orientação sexual e demais características que compõem sua identidade. Para além de particularidades, estes são manancial da discriminação política, econômica e jurídica, que perdura como herança do colonialismo, e que subsidia estruturas de poder como o capacitismo, fundamentando a natureza das interações em certa performance alimentada pelo biologicismo. Esta metodologia enseja, entre outros, o entendimento e autenticação da posição da mulher autista enquanto ponto de transpasse desses marcadores, dentro de uma organização social segregante. Exemplos da luta africana e indígena, a interseccionalidade e o anticolonialismo são conceitos que trazem força e substância para a integração plena das pessoas com deficiência, pois defende e enaltece o direito à diversidade, validando histórias de vida singulares, criativas e empáticas (CHAVEIRO, 2024).

Unidade de sentido 4 - Educação sexual: função social da escola e família

“Nenhum professor fala disso [sexualidade]”.

“E também, o policial foi estranho, sabia? Ele falou que o homem tem que namorar com mulher velha [durante palestra escolar sobre sexualidade]”.

“Eu falo mais com a minha mãe [sobre sexualidade]. Meu pai...se eu falo bastante ele fica irritado”.

A unidade de sentido final busca entender de quem é a responsabilidade da



educação sexual para crianças e adolescentes, e, ainda mais, qual a forma adequada de se fazer a instrução de um tema como esse, repleto de estigma e moralismo. O fato de que foram levantados pelos participantes durante entrevistas o núcleo familiar e figuras acadêmicas como referencial embasador de seu repertório, reafirma essas duas instituições como preceptoras de conhecimentos que conferem entendimento sobre a vida, de maneira integral, incluindo a sexualidade, visto que esta é inata a vida, e também concede sentido a ela. Enquanto a família evita falar sobre a questão, a escola, quando atua, assume postura de superficialidade e absolutismo.

Em perspectiva temporal, a primeira instituição a qual um indivíduo pertence é a sua família, ambiente social que será palco das primeiras interações da criança, que por sua vez serão nascente de valores morais, éticos, crenças e forjarão nuances de caráter que acompanharão até a vida adulta. (NASCIMENTO et al, 2021).

Seguindo os anos preambulares da juventude, a escola é introduzida como espaço de processo educativo formal e sistematizado, atuando na preparação cognitiva, social e emocional, e através de artifícios pedagógicos e da convivência para além do círculo familiar, oferta ao educando arsenal que será somado aos conhecimentos obtidos no âmbito parental, para o desenvolvimento individual e coletivo (NASCIMENTO et al, 2021).

A luz da potencialidade da esfera escolar, é impreterível apontar as fragilidades latentes desse ambiente, social e diverso, consequentemente repleto de desacordos, que, se conduzido de forma omissa, sucumbe a ideia industrial, em que são produzidos indivíduos padronizados e subservientes (VASCONCELOS, 2020).

Adentrando os trabalhos de Vigotski acerca do desenvolvimento, utiliza-se para compreensão a seguinte ideia central: A educação é inconcebível à margem da vida. Portanto, em um espaço de aprendizagem formal, os métodos adotados pelo educador devem conduzir o educando a sua evolução, em ambiente ordenado para estimular a autonomia, socialização e criatividade, além de ser amparado por um processo educacional democrático, com políticas de educação que garantam a efetividade do acesso integral (DAMIÃO; ROCHA; NASCIMENTO, 2020)

Em 1978, com o início do abrandamento da repressão militar no Brasil, a partir da abertura política, a educação sexual passa a integrar a grade curricular nas escolas,



de maneira formalizada e metódica, com planejamento pedagógico em vias de atender propósitos educacionais, como outras matérias da grade (RIOS et al, 2023).

Porém seguindo a margem da eugenia e padronização, a educação sexual ofertada tende a seguir caminhos para garantir a saúde física, contracepção e hegemonização de discursos, sem focar nos contextos sociais e na emancipação. Essas circunstâncias podem não alcançar alunos que estão à parte desses cenários entendidos comuns a todos, provocando dificuldades na participação e identificação. Em interseção com o movimento da educação especial é agravante devido ao histórico de que as crianças com deficiência vivem extremos de subestimação sexual ou hipersexualidade, estas concepções são alicerçadas em noções reducionistas desta reflexão. (BORTOLAZZI; VILAÇA, 2020).

Através das falas dos autistas fica evidente que a escola não está preparada para trazer uma discussão de educação sexual que, de fato, inclua as pessoas neurodivergentes. Observa-se, por exemplo, que esta discussão, vem sendo feita por policiais militares, que não seriam, a priori, os profissionais mais preparados para tal, sendo, ao contrário, historicamente figuras que representam a repressão da diversidade.

A militarização das escolas públicas é um processo em crescente no Brasil, que consiste na entrega da gestão político-pedagógica de escolas para autoridades policiais, como militares, forças armadas e corpo de bombeiros. A ascensão desses programas nacionais justifica-se essencialmente para atender interesses políticos e ideológicos da camada tradicionalista da extrema direita e igualmente como forma de manipulação ao controle social (SANTOS; ALVES, 2022). Como uma sátira, os projetos estruturam-se com a proposta de Escola Sem Partido, e sob falsa imparcialidade, pretendem combater a interferência marxista no ensino. Ignorando o regime constitucional da administração democrática, essas políticas objetivam a disseminação de ensino autoritário e hierárquico, e sob pretextos morais e organizativos, hegemonizar comportamentos, evitar potenciais convicções políticas contrárias restringindo as atividades pedagógicas e conhecimentos difundidos, além de uma gestão neoliberalista insensível à diversidade, que racionaliza a efetividade escolar diante de parâmetros e indicadores de conhecimento, e responde a oposição com punições (CUNHA; LOPES, 2022).



Reconhecendo a imprescindibilidade das relações para o desenvolvimento humano, a trajetória educacional deve ser traçada por meios de oportunizar a vida social, e a deficiência ser manejada semelhante a questões da diversidade sexual e racial, ou seja, admitida e amparada como uma diferença em um ambiente histórico de discriminação, e com perspectiva de florescer em uma comunidade que não normaliza corpos (PAOLI; MACHADO, 2022).

Compete ao meio escolar captar essas crianças e adolescentes, evitando que recorram a referências imprecisas, proporcionando um espaço de pluralidade, transparência e respeito, que oportunize o debate acerca do tópico pela socialização e debate, sem cunho repressivo (SOUZA; GAGLIOTTO, 2023).

A sexualidade frequentemente se encontra sob o domínio da padronização e da moral, incentivados também por falas estruturais excludentes advindas igualmente das famílias, como reflexo de uma sociedade capitalista e patriarcal. Assim, a escola deve ser o contraponto político e que tenha em seus propósitos erradicar a marginalização de sujeitos (SARTORI, 2022).

A presença ativa da família no desenvolvimento escolar, promove nas crianças e jovens a autoestima para assumir papel protagonista em sua aprendizagem, reconhecendo a si mesmo como um cidadão pertencente de direitos e deveres, e reivindica sua cidadania, sem submeter aqueles que são diferentes de si (NASCIMENTO et al, 2021).

As falas proferidas pelos adolescentes desta pesquisa simbolizam a carência dessa relação entre instituições sociais, tão marcantes na construção do sujeito, e o efeito dessa lacuna. Percebeu-se nas expressões verbais e corporais, a insegurança e solidão desses jovens, que se sentem coagidos ou ignorados quando se trata de sua sexualidade, e que as maiores dúvidas não se tratam de aspectos biológicos, e sim sobre afetos, futuro e relações.

Para a compreensão da complexidade da relação da família e escola dentro do capitalismo é importante refletir à luz de Marx sobre o processo de produção. O pensador elucida o signo da alienação como um fato econômico, onde o trabalho assume posição de maior valor que seu produtor e este torna-se a mercadoria. O homem, em um mundo de supervalorização de objetos, aparta de si seu espírito,



familiares e o senso de comunidade. Esse processo é tanto gerador quanto mantenedor da alienação (SILVA, 2011).

Utilizando-se de sua posição política, a elite estabeleceu dominação sob o ensino, e universalizou uma educação dicotômica, fazendo dela instrumento para legitimar e manter as relações de poder, reduzindo o homem proletariado a sua força de trabalho, desde o início. Isso foi possível pela subdivisão em graus de ensino, sendo correspondentes a sua classe social e funções de produção (SILVA, 2011).

Esse histórico sustentou até o século corrente o conceito de meritocracia dentro do sistema educacional, sob a inverdade da igualdade entre alunos e difusão da consciência de que seus esforços individuais são responsáveis pelo seu desenvolvimento e status social (SILVA, 2011).

Marx acreditava que todas as lutas políticas entre dois grupos, onde um é subjugado ao outro, são variações enraizadas na luta entre classe, desta forma, a escola sob domínio da classe mais influente possui caráter difusor da ideologia hegemônica em vias de prosperar seus interesses econômicos, políticos e até culturais, e sob uma estratégia da internalização desses valores, gerar conformação e suprimir a ideologia revolucionária da classe trabalhadora (SILVA, 2011).

Sendo assim, com base nas evidências históricas, a escola é naturalmente espaço de formação ideológica, e mesmo sendo parte do estado, que em sua gênese corrobora à ideologia dominante, tem potencial, através de seus atores, se internalizarem posições críticas, para propiciar e trabalhar a sensibilização das crianças e das famílias ao debate das lutas a favor da justiça social (SILVA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os adolescentes demonstraram em suas entrevistas a predominância de sentimentos reflexos de situações de repressão à sensibilidade e a sua essência e a falta de informações abrangentes à complexidade da sexualidade. Essa cultura de desacolhimento à diversidade é tão intensa que condiciona os adolescentes profundamente, ao passo que os mesmos não se permitem ao menos imaginar cenários afetivos, amorosos e sexuais como uma possibilidade para o futuro, visto que essas vivências não são colocadas como naturais. Ainda, foi possível observar a agudização do



capacitismo em intersecção com outros fatores hierárquicos, como o gênero, subordinando a experiência sexual principalmente das mulheres autistas à dupla opressão.

A falta de acesso à construção e valorização da sua subjetividade sexual, coloca os autistas em posição vulnerável frente a referências controversas, como a pornografia, que no atual contexto econômico e sociocultural, cultiva noções patriarcais e abusivas, intoxica o subconsciente de consumidores com a normatização de corpos e comportamentos, expõe a juventude ao risco dos vícios. A inadmissão a representatividade de pessoas adjacentes a esse idealismo construído, faz com que esses adolescentes vivam a sexualidade através de outros, estabelecendo barreiras para debates da sexualidade autista dentre os próprios, que acabam utilizando de recursos evasivos, como adiar a identidade sexual, ou até mesmo fantasiar sobre essas experiências.

A família ocupando posição de ator social fundamental no desenvolvimento da criança, prefere evitar o início desse tema, por receio da precocidade e da interpretação de estímulo a práticas sexuais, da vulnerabilidade à violência, sobretudo as adolescentes do sexo feminino, que tem sua identidade consumada em infantilização e assexualidade. Ainda, emergiu o debate a respeito da função social dessas duas instituições formadoras, a família e a escola, que devem ser repensadas a partir da compreensão de um sistema segregante, e em vistas de mudança, renunciar a concepções colonizadoras.

Entende-se, através das falas recolhidas na pesquisa, que urge a criação de espaços coletivos de discussão e inclusão das pessoas neurodivergentes que respeitem suas singularidades, incluindo-se a questão sexual e de gênero, e que a escola e a família podem ser espaços para estas discussões, desde que rompam com a visão hegemônica de educação, ainda muito higienista e excludente, e trabalhe a neurodiversidade, e dentro dela a sexualidade, como uma das diversas características inerentemente humanas, trazendo crítica sobre à quais interesses se constrói a exclusão. Tão importante quanto, para o combate a essa estrutura, é o ato de não culpabilizar a família, pois estão inseridos em cultura de exclusão, portanto precisam ter acesso e compreender as visões críticas sociais.

Por meio deste, é potencial pensar em espaços instituídos para participação



social e comunitária, como conferências de saúde e educação, além de associações, mídias sociais legítimas que enfoquem toda complexidade da identidade neurodivergente, inclusive a sexualidade. Mais relevantemente, trazer luz e palco a vozes autistas nesses ambientes.

Há a necessidade da intersecção na rede de atenção a respeito das discussões, para o alcance de todos os âmbitos sociais em que o autista vive. Enquanto profissionais da saúde coletiva, concebe-se como atribuições combativas a concepção higienista e eugenista do autismo, levar a educação popular para a população autista e seus familiares nos equipamentos que frequentam, incentivar o controle social e o entendimento da sua cidadania, para que assim reivindiquem seu papel. Destaca-se aqui o Programa Saúde na Escola como um artifício a esses objetivos, uma política pública que pode ir além do biologicismo e ofertar a deliberação da inclusão e desarraigar a discriminação.

Como limitação da pesquisa, é significativo ressaltar que a amostra, em termos de recorte, se tratou de indivíduos que não contemplam todas as experiências sociais. Apesar dos apontamentos considerativos as minorias, nota-se a escassez de estudos sob a ótica de pessoas com autismo sobre a perspectiva sexual em geral, e a importância da diversidade para além de objeto de estudo, mas como protagonista e investigadora.

Tendo em mente que o apagamento de corpos dissonantes é prática subversiva e agressora aos direitos constitucionais, permanece como esperança desta pesquisa enfatizar que o corpo é material ideológico e extensão de pautas políticas. Em contraponto de revolução ao preconceito e discriminação, o corpo que está sob poder, possui também o potencial de exercer poder. O falar insurgente é um ato político que deve ser apreciado, pois é força motriz da união popular e seu poder é somatório. Em busca de abrir debates e não fechar lacunas, conclui-se que a “cura” para as supostas incapacidades físicas, intelectuais e sociais provém da construção de uma sociedade inclusiva e humanizada.

REFERÊNCIAS

ÂNGELO, L.K.G. et al. Influência familiar e de outras fontes de informações na construção dos conhecimentos dos adolescentes acerca da sexualidade. Brazilian



Journal of Development, Curitiba, v. 7, n.2, p. 20433-20444, 2021. Disponível em:
<<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/25367>>. Acesso em: set 2024.

BORTOLAZZI, Ana Claudia; VILAÇA, Teresa. Educação sexual na Educação Inclusiva: atitudes de professores diante de situações projetivas envolvendo comportamentos sexuais de alunos. Revista Diversidade e Educação, v.8, n.1, p. 191-212, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11307/7823>. Acesso em: outubro 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderneta de Saúde da Adolescente. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 2022.

BRILHANTE, Aline Veras Moraes et al. “Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 417-423, 2021.

BRITO, A.R.S. et al. A sexualidade da mulher lésbica com deficiência: nas entrelinhas do transtorno do espectro autista e suas violências simbólicas. Uma revisão sistemática. In: Congresso Internacional de Educação Inclusiva, 5., 2024, Campina Grande. Anais eletrônicos [...] Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/108070>. Acesso em: set 2024.

CATÃO, Alvinan Magno Lopes. A Noção de Sexualidade em Freud e Lacan: dessemelhanças. Revista Espaço Livre, v. 12, n. 24, p. 87-102, 2017. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rel/article/view/299> . Acesso em: set 2024.

CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Souza. Interseccionalidade e pensamento contracolonial: reflexões para inclusão de pessoas com deficiência. Videre, v. 16, n. 35, p. 87-106, 2024. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/17544>. Acesso em: set 2024.

CUNHA, Viviane Peixoto da; LOPES, Alice Casimiro. Militarização da gestão das escolas públicas: a exclusão da atividade política democrática. Educação & Sociedade, Campinas, v. 43, p. e258252, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QjXXtGBRt8JHqsyKn335nWK/#>. Acesso em: novembro 2024.

DA COSTA, D. P.; BOZZ, A. F. C. CORPO E DISCURSO: a noção de biopoder em Michel Foucault. Revista Panorâmica online, Pontal do Araguaia, v. 12, n. 1, p. 78-88, 2012. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/21>>. Acesso em: ago 2024.



DA CRUZ, Pâmela Suelen Gama; ALTMANN, Helena. Atypical: neurodiversidade e pedagogia da sexualidade. *Diversidade e Educação*, v. 9, n. 1, p. 66-92, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13047>. Acesso em: outubro 2024.

DAMIÃO, Maria Helena; ROCHA, Claudia; NASCIMENTO, Maria Augusta. A importância do ensino: contributos da teoria Histórico-Cultural - escola de Vigotski. *Egitania Sciencia*, Guarda, v.1, n.26, p.123-131, 2020. Disponível em: <https://egitaniasciencia.ipg.pt/index.php/revista-egitaniasciencia/article/view/134/109>. Acesso em: outubro 2024.

DA SILVA, J. P. L. et al. Educação sexual na contramão à indústria pornográfica nas relações de gênero e sexualidade. *Anais VI CONEDU*, Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60192>. Acesso em: set 2024.

DE ASSIS, D.C.M. O impacto da pornografia online na saúde dos adolescentes. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 13, n. 6, 2024. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/46037/36609/478464>. Acesso em: set 2024.

DE PAOLI, J; MACHADO, P. F.L. Autismos em uma perspectiva histórico-cultural. *Revista GESTO-Debate*, Campo Grande, v. 22, n. 01-31, p. 534-565, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/gestodebate/article/view/17534>. Acesso em: ago 2024.

Encontro de estudos Multidisciplinares em Cultura. 15., 2019, Salvador, BA, *Anais eletrônicos [...]* Salvador, BA: UFBA, 2019. Disponível em: <http://www.xvenecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111651.pdf>. Acesso em: 4 ago 2024.

JUSTI, Jadson et al. Sexualidade na contemporaneidade: novas configurações das relações humanas. *Brazilian Applied Science Review*, v. 4, n. 5, p. 2864-2881, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BASR/article/view/17012>. Acesso em: out 2024.

LYRIO, B.S.; MOURÃO, G.L.R.; CARDOSO, R.S.S. Autismo e diversidade de gênero em jovens adultos: como estereótipos de gênero influenciam no subdiagnóstico. *Research, Society and Development*, Vargem Grande Paulista, v. 13, n. 9, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/383992494_Autismo_e_diversidade_de_genero_em_jovens_adultos_Como_estereotipos_de_genero_influenciam_no_subdiagno_stico. Acesso em: out 2024.

MARANHÃO, Gabriel Carlos da Silva. Sexualidade das pessoas com deficiência e



Direitos Humanos: preconceito, discriminação e barreiras a vivências do desejo. Research, Society and Development, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 15, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/367820824_Sexualidade_das_pessoas_com_deficiencia_e_Direitos_Humanos_preconceito_discriminacao_e_barreiras_a_vivencias_do_desejo. Acesso em: out 2024.

MENDONÇA, Sophia. “Sentir-se sufocada é bastante feminino”: a representação das mulheres autistas em A orquestra dos inocentes condenados. In: KALUS, Jaisa; ALMEIDA, Flávio Aparecido (org). Diálogos sobre interseccionalidade e saúde mental. Guarujá: Editora científica digital LTDA, 2024. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-700-2.pdf>. Acesso em: set 2024.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, Maria Cecilia de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (org.). Caminhos do Pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. P. 83-107. Disponível em: <https://books.scielo.org/>. Acesso em: jun 2024.

MOREIRA, Reginaldo et al. Quando corpos dissidentes proclamam seus lugares como corpos diz-sonantes. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 7, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232024297.05962023EN>>. Acesso em: ago 2024.

NASCIMENTO, C.A.; VARGAS, J.R.; BEZERRA, K.D. Gênero e sexualidade de jovens com TEA: uma breve análise a partir do podcast Introvertendo. Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp., Salvador, v. 32, n. 72, p.301-319, 2023. Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/17691>>. Acesso em: set 2024.

NASCIMENTO, F.E.M. et al. A relação família e escola no processo educativo: uma revisão integrativa. Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 32, n. 2, p. 01-24, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31423/oikos.v32i2.11824>. Acesso em: outubro 2024.

NEVES, Dulce Morgado. Sexualidade: Saber e individualidade. Revista Estudos Feministas, v. 27, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dBpTqQdCjLXQPy3X97mmjF/?lang=pt>. Acesso em: outubro 2024.

RIOS, M.O. et al. O programa Saúde na Escola como ferramenta para a construção da educação sexual na adolescência: um relato de experiência. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, Umuarama, v. 27, n. 5, p. 2354-2369, 2023. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/9800/4693>. Acesso em: outubro 2024.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira; ALVES, Miriam Fábila. Militarização da educação



pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 52, p. e09144, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/Q8YbVcW5YXzhm3f56YbVRpg/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: novembro 2024.

SANTOS, G.S. et al. Representações sociais de adolescentes sobre sexualidade na internet. Rev Esc Enferm USP, São Paulo, v. 55, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/BFJ3PfTLWqj8TqzgvphR5m/abstract/?lang=en#>.

Acesso em: set 2024.

SARTORI, Thiago Luiz. Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: marginalização da educação sexual na BNCC. Rev. Bras. Psico. e Educ., Araraquara, v. 23, n.00, 2023. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/362100449_Analise_da_educacao_brasileira_em_face_ao_estudo_da_sexualidade_Marginalizacao_da_educacao_sexual_na_BNCC.

Acesso em: outubro 2024.

SERRA, I.O. et al. A pessoa com deficiência e os entrelaces com as questões de gênero e de sexualidade. Research, Society and Development, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 8, 2020. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/343364695_A_pessoa_com_deficiencia_e_os_entrelaces_com_as_questoes_de_genero_e_de_sexualidade. Acesso em: out 2024.

SILVA, João Carlos da. Escola pública e classes sociais em Marx: alguns apontamentos. Revista HISTEDBR on-line, Campinas, número especial, p. 146-155, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639901/7464>

. Acesso em: novembro 2024.

SOUZA, Andréia de; GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. Sexualidade e Educação: o papel da escola frente a sexualidade do adolescente. Faz Ciência, v. 25, n. 42, p. 218-236, 2023.

Disponível em: [https://e-](https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/31081/22223)

[revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/31081/22223](https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/31081/22223). Acesso em:

outubro 2024.

TRENTO, A.C.F. et al. Projeções, fantasias e relações sociais: uma análise junguiana sobre a pornografia na atualidade. Self – Rev Inst Junguiano São Paulo, Higienópolis, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: <https://self.ijusp.org.br/self/article/view/143/369>.

Acesso em: set 2024.

VASCONCELOS, Ivar César de Oliveira. Democracia, educação e escola: pela inclusão educacional. Educação, Santa Maria, v.45, n.1, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/35464/pdf>. Acesso em: outubro

2024.